TC 016.649/2016-8

Tomada de contas especial

Prefeitura Municipal de Belágua/MA

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de Tomada de Contas Especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em desfavor dos Srs. Manoel Diniz e Adalberto do Nascimento Rodrigues, ex-prefeitos do Município de Belágua/MA, respectivamente nos exercícios de 2005 a 2008 e de 2009 a 2016 (peça 1, p. 176-186), em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) àquele município em 2008, com vistas à execução das ações de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE).

2. No âmbito deste Tribunal, a Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI) promoveu a citação solidária dos ex-prefeitos por débito correspondente à totalidade dos recursos recebidos pelo município, no valor histórico de R\$ 152.880,00 (peças 18, 19 e 33). Todavia, somente o Sr. Adalberto do Nascimento Rodrigues apresentou sua defesa (peças 30 a 32). Já o Sr. Manoel Diniz não respondeu à citação realizada pelo TCU (peças 18, 22 e 33).

3. Após analisar e rejeitar as alegações a defesa acostada aos autos, a Secex/PI propôs, entre outras medidas, julgar irregulares as contas do Sr. Manoel Diniz, com fulcro no art. 16, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, condenando-o em débito de R\$ 152.880,00 e aplicando-lhe a multa do art. 57 dessa lei, bem como propôs julgar irregulares as contas do Sr. Adalberto do Nascimento Rodrigues, com base no art. 16, inciso III, alínea “a”, da Lei 8.443/1992, aplicando-lhe a multa do art. 58, inciso I, da mesma lei (peça 36, p. 5-7, peça 37).

4. De minha parte, manifesto anuência às razões que nortearam a proposta da unidade técnica, sem prejuízo de apresentar algumas considerações, notadamente quanto à responsabilização do Sr. Adalberto do Nascimento Rodrigues.

5. O Sr. Manoel Diniz, gestor dos recursos e revel neste processo, não apresentou elementos que pudessem comprovar a boa e regular aplicação dos valores que lhe foram confiados. O Sr. Adalberto do Nascimento Rodrigues, por sua vez, não logrou êxito em afastar sua omissão na qualidade de sucessor do Sr. Manoel Diniz, uma vez que, conforme destacado pela unidade técnica, “*nem comprovou que prestou contas dos recursos, nem que adotou as medidas legais para proteção do patrimônio público*”, embora a isso estivesse obrigado, “*haja vista que o prazo para prestação de contas (...) recaiu sobre seu mandato*” (peça 36, p. 4).

6. Importante observar que, em consonância com o que dispõe o § 4º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, o Sr. Adalberto do Nascimento Rodrigues foi instado a justificar a falta de comprovação da regular aplicação dos recursos “*em razão da não apresentação dos elementos necessários à configuração da regular prestação de contas*” (peça 19, p. 1).

7. Ante exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se **de acordo** com a proposta da Secex/PI (peça 36, p. 5-7, e peça 37).

(Assinado Eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé

Procurador